



Relatório de Gerenciamento de Riscos

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE
PRIMAVERA DO LESTE

2º TRI 2014

Sumário

1	Introdução	4
2	Metodologia e indicadores de avaliação de risco	5
3	Gestão de Riscos	6
3.1	Principais Riscos	6
4	Risco de Crédito	7
4.1	Identificação e Mitigação dos Riscos de Crédito	7
4.2	Exposição ao Risco de Crédito	8
4.3	Concentração da carteira de crédito 10 maiores devedores	9
4.4	Qualidade da Carteira	9
5	Risco Operacional	11
6	Risco de Liquidez	12
7	Risco de Mercado	13
8	GESTÃO DE CAPITAL	14
8.1	Acordo de Basileia	14
8.2	Patrimônio de Referência	15
8.3	Índice de Basileia (IB)	17



Tabelas

Tabela 1 Critérios de Performance Operacional.....	5
Tabela 2: Níveis de Risco	8
Tabela 3: Exposição ao Risco de Crédito	8
Tabela 4: Exposição por Setor de Atividade.....	9
Tabela 5: Concentração Carteira de Crédito	9
Tabela 6: Qualidade da Carteira.....	10
Tabela 8: Patrimônio de Referência ponderado ao Risco RWA	16
Tabela 9: Ativos por Fator de Ponderação de Risco (FPR)	16
Tabela 10: Índice de Basileia	17

1 Introdução

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE PRIMAVERA DO LESTE - PRIMACREDI** surgiu no segundo semestre do ano de 1990, quando agricultores pioneiros na região incentivaram a implantação de uma Cooperativa de Crédito em Primavera do Leste.

Na 1ª reunião começou o estudo de levantamento de dados do município, se haveria possibilidade de implantação da Cooperativa. Os dados mostravam todas as possibilidades para instalação e no dia 26 de novembro de 1990 foi realizada a reunião de constituição com a participação de 85 produtores rurais, sendo nomeado o primeiro Conselho de Administração.

O Gerenciamento de Riscos faz parte da posição estratégica e imprescindível dentro PRIMACREDI, afim de fortalecer o perfil corporativo dentro da instituição, e dar continuidade ao seu propósito de ser reconhecida por cooperados e comunidade como instituição financeira cooperativa referência em segurança, atendimento, conveniência e capilaridade, voltada para o desenvolvimento econômico e social da região onde atua.

A Gestão de Riscos da cooperativa, é realizada com o intuito de gerar informações e análises afim de subsidiar tomadas de decisões, contribuindo para o fortalecimento e transparência no relacionamento com seus cooperados.

Este relatório tem por objetivo divulgar as partes interessadas, sobre o gerenciamento de riscos da PRIMACREDI, o mesmo atende as determinações do Banco Central do Brasil (BACEN) através da Circular nº 3.477/09, e as diretrizes estabelecidas no Comitê de Supervisão Bancária – Basileia.

Este relatório tem como base o período de 01 de Abril 2014 a 30 de Junho de 2014.

2 Metodologia e indicadores de avaliação de risco

O SIARI - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE RISCO INTERNO - PRIMACREDI é um instrumento de uso interno da PRIMACREDI que possibilitará mensurar, através de indicadores específicos, os diversos riscos inerente a instituição.

- Risco pode ser definido como uma medida de incerteza associada aos retornos esperados de investimentos. O risco está presente na rotina de qualquer investimento, financeiro ou não.
- O SIARI - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE RISCO INTERNO - PRIMACREDI irá avaliar a gestão da cooperativa em 04 grupos:
 - Qualidade dos Ativos** – Serão avaliados a qualidade da carteira de crédito (total da carteira relacionado com as classificações nos níveis de risco de AA até C) , os níveis de provisões constituídas, a concentração dos devedores em relação a carteira de crédito e os riscos das aplicações financeiras;
 - Capitalização e Liquidez** – Serão avaliados a liquidez dos Depósitos, os requisitos mínimos de capital (Basiléia II) e o nível de aplicação no ativo imobilizado;
 - Rentabilidade e custos** - Serão avaliados os índices de retorno sobre o capital investido, as despesas administrativas sobre o ativo e a eficiência operacional;
 - Controles internos e auditoria** - Serão avaliados a aderência da cooperativa aos controles internos e a avaliação da auditoria interna.

Tabela 1 Critérios de Performance Operacional

SIARI - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE RISCO INTERNO -PRIMACREDI																
CRITÉRIOS DE PERFORMANCE OPERACIONAL																
PONTOS ANALISADOS/ NIVEL DE RISCO	Risco Nulo			Risco Baixo			Risco Médio			Risco Alto			Risco Extremo			PESO
	Redutor 0			Redutor --> 25			Redutor --> 50			Redutor --> 75			Redutor --> 100			
	De	Até	Nota	De	Até	Nota	De	Até	Nota	De	Até	Nota	De	Até	Nota	
1 QUALIDADE DOS ATIVOS																
1.1 Índice de Risco AA-A-B-C	96,01%	100,00%	0,00	93,01%	96,00%	0,00	90,01	93,00%	0,00	85,01%	90,00%	0,00	0,01%	85,00%	0,00	20%
1.2 Índice do Risco da Carteira (Inadimplencia x Pro		2,00%	0,00	2,01%	3,00%	0,00	3,01%	4,00%	0,00	4,01%	5,00%	0,00	5,01%	100,00%	0,00	30%
1.3 Índice de Concentração 10 maiores	0,00%	25,00%	0,00	25,01%	30,00%	0,00	30,01	35,00%	0,00	35,01%	40,00%	0,00	40,01%	100,00%	0,00	30%
1.4 Investimentos Renda Fixa	90,01%	100,00%	0,00	85,01%	90,00%	0,00	80,01	85,00%	0,00	75,01%	80,00%	0,00	0,01%	75,00%	0,00	20%
2 CAPITALIZAÇÃO E LIQUIDEZ																
2.1 Índice de Liquidez dos Depósitos	65,01%	100,00%	0,00	50,01%	65,00%	0,00	40,01	50,00%	0,00	30,01%	40,00%	-	0,01%	30,00%	0,00	40%
2.2 Índice da Basiléia	23,01%	100,00%	0,00	20,01%	23,00%	0,00	17,01	20,00%	0,00	14,01%	17,00%	-	0,01%	14,00%	0,00	50%
2.3 Índice de Imobilização / PR	0,00%	20,00%	0,00	20,01%	30,00%	0,00	30,01	40,00%	0,00	40,01%	50,00%	-	50,01%	100,00%	0,00	10%
3 RENTABILIDADE E CUSTOS																
3.1 Retorno s/Capital Médio	18,01%	100,00%	0,00	13,01%	18,00%	0,00	8,01	13,00%	0,00	4,01%	8,00%	-	-100,00%	4,00%	0,00	40%
3.2 Despesas Fixas / Ativos	0,01%	5,00%	0,00	5,01%	7,00%	0,00	7,01	9,00%	0,00	9,01%	11,00%	-	11,01%	100,00%	0,00	20%
3.3 Custo Operacional	0,01%	45,00%	0,00	45,01%	50,00%	0,00	50,01	60,00%	0,00	60,01%	70,00%	-	70,01%	100,00%	0,00	40%
4 CONTROLES INTERNOS E AUDITORIA																
4.1 Nota da Auditoria - Controles e Risco	9,00	10,00	0,00	8,00	9,00	0,00	7,00	8,00	0,00	6,00	7,00	-	0,00	6,00	0,00	100%
			0,00			0,00			0,00			0,00			0,00	
	Conceito / Nota	De	Ate													
	Risco I - Baixo Risco no Longo Prazo	90,01	100,00													
	Risco II -Baixo Risco no Médio Prazo	80,01	90,00													
	Risco III -Médio Risco no Longo Prazo	65,01	80,00													
	Risco IV -Médio Risco no Médio Prazo	55,01	65,00													
	Risco V - Alto Risco no Médio Prazo	40,01	55,00													
	Risco VI - Alto Risco no Curto Prazo	0,00	40,00													

3 *Gestão de Riscos*

A gestão de risco é considerada ferramenta crucial, estratégica e fundamental para a cooperativa, o Processo de gerenciamento de riscos da PRIMACREDI, permite que os mesmos sejam identificados de forma proativa, para que possam ser mensurados e mitigados pelo comitê de riscos, diretoria executiva e conselho de administração.

A gestão dos riscos da PRIMACREDI é realizada de forma integrada, o que permite agilidade nos processos e na tomada de decisão e está alinhada às disposições das melhores práticas e aos padrões definidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conformidade com o Acordo de Capitais Basileia II, cujo cronograma de implementação foi iniciado com o Comunicado 12.746 de 09 de Dezembro de 2004. Em 01 de março de 2013 o Bacen publicou os normativos contemplando o cronograma da implantação de Basileia III no Brasil, com início programado para outubro de 2013.

Os Acordos da Basileia visam desenvolver a estrutura para fortalecer a solidez e a estabilidade do sistema bancário internacional, o Pilar III estabelece maior disciplina de mercado por meio do aumento da transparência das instituições financeiras para que os agentes de mercado sejam bem informados e possam entender melhor o perfil de riscos das instituições.

3.1 *Principais Riscos*

Risco de Crédito: foi definido como risco de Crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Risco de Mercado: foi definido como risco de Mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira.

Risco de Liquidez: foi definido como risco de Liquidez, a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco Operacional: foi definido como risco operacional, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades desenvolvidas pela instituição.

4 Risco de Crédito

O risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O objetivo das áreas responsáveis por analisar, mensurar, aprovar e controlar os riscos de crédito da cooperativa, é de garantir que todos os riscos possíveis de serem considerados, sejam conhecidos e mitigados da melhor forma, tendo como objetivo de resguardar a cooperativa de possíveis perdas futuras, também é dever dos responsáveis, utilizar as melhores práticas de gerenciamento de risco de crédito, trabalhar de forma contínua no aperfeiçoamento da gestão do risco de crédito em todas as modalidades de ativos e também atender as demandas dos Órgãos Reguladores com relação ao cálculo e ao envio de informações pertinentes as exposições assumidas pela Cooperativa.

A avaliação e o gerenciamento de risco de crédito são realizados pelas áreas de controle de riscos e análise de crédito da cooperativa, estando sob responsabilidade da diretoria executiva e comitê de gestão de riscos, com o objetivo de agilizar a concessão de crédito, com base nos limites pré-aprovados após minucioso processo de análise, feito de forma individual, afim de diminuir o limite de exposição que cada cooperado pode expor a cooperativa aos riscos de crédito.

A gestão eficaz da exposição ao risco de crédito da PRIMACREDI permite a continuidade da expansão da carteira de crédito, de modo sustentável, com agilidade e segurança, dada a potencialidade dos instrumentos utilizados para mensuração dos riscos inerentes a cada cooperado.

4.1 Identificação e Mitigação dos Riscos de Crédito

A Primacredi adota metodologias estatísticas e princípio de decisão técnica colegiada para identificar e avaliar os riscos de crédito.

A Concessão de crédito é fundamentada com base em decisão colegiada por políticas de alçadas, na qual o comitê de crédito da cooperativa pode aprovar ou negar um limite de crédito operacional de acordo com o limite de sua alçada.

A Cooperativa dispõe de sofisticados sistemas de Gestão de Risco, possibilitando ao setor de análise de crédito avaliar a situação econômico financeira de forma minuciosa e aprofundada de cada cooperado junto a Cooperativa, no sistema financeiro nacional (SFN), e também nos órgãos de proteção ao crédito, possibilitando apontar o limite máximo que cada cooperado poderá expor a cooperativa aos riscos de crédito. Todo devedor e seus garantidores passam por um processo de avaliação econômico financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos das responsabilidades junto a cooperativa. Toda operação de crédito também passa por princípios básicos de análise, sendo: o valor, a natureza e a finalidade da transação, além de características das garantias apresentadas, quanto a sua suficiência e liquidez.

As operações de crédito são classificadas em ordem crescente de risco, contemplando aspectos em relação ao devedor e seus garantidores e em relação a operação, conforme determina a Resolução 2.682 de 21 de dezembro de 1999 do Banco Central do Brasil (Bacen).

Todas operações dos cooperados possuem um rating calculado, o que determina o nível de provisão adequado ao risco incorrido na operação através de análises específicas que levam em conta também a classificação de risco determinado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), os níveis de classificação adotados estão descritos na tabela abaixo.

Tabela 2: Níveis de Risco

Classificação	% a Provisionar	Descrição do Grau
AA	0,0%	Risco Baixíssimo
A	0,5%	Risco Baixo
B	1,0%	Risco Reduzido
C	3,0%	Risco Moderado
D	10,0%	Risco Normal
E	30,0%	Risco Médio
F	50,0%	Risco Elevado
G	70,0%	Risco Elevadíssimo
H	100,0%	Risco Severo

Níveis de Classificação

4.2 Exposição ao Risco de Crédito

A Seguir são apresentados números relacionados a exposição aos riscos de crédito contemplando a média do segundo trimestre do exercício 2014, e para melhor análise da evolução do risco de crédito, também serão demonstrados a média do primeiro trimestre de 2014 além da média dos dois últimos trimestres de 2013.

Tabela 3: Exposição ao Risco de Crédito

Risco da Carteira de Crédito				
	2T14	1T14	4T13	3T13
Saldo total carteira de crédito	177.538.804	168.002.013	148.584.946	153.207.645
Provisão Constituída	15.665.292	16.244.046	12.960.475	11.222.665
Operações vencidas (+ de 60 dias)	11.908.240	12.717.764	12.921.100	4.305.593
Adiantamento a Depositantes	445.312	467.592	1.088.035	1.324.512
Índice Calculado	7,89	8,76	9,08	5,50
Cálculo Performance Operacional				
Índice de 0,00 a 2,00	Redutor 0	0,00		
Índice de 2,01 a 3,00	Redutor 25	2,63		
Índice de 3,01 a 4,00	Redutor 50	5,25		
Índice de 4,01 a 5,00	Redutor 75	7,88		
Índice de 5,01 a 100,00	Redutor 100	10,50		

O Percentual de inadimplência, é contemplado pela soma (provisões + operações vencidas+ adiantamento a depositantes) deduzindo o resultado sobre o percentual do saldo da carteira de crédito.

A tabela a seguir demonstra a exposição média da carteira de crédito separados por setor de atividade no segundo semestre de 2014, bem como o resultado dos 3 últimos semestres anteriores.

Tabela 4: Exposição por Setor de Atividade

Exposição por Setor de Atividade				R\$ Milhões
	2T14	1T14	4T13	3T13
Pessoa Física	133.541.147	131.140.453	117.164.783	118.287.694
Pessoa Jurídica	43.997.657	36.861.560	31.420.163	34.919.951
Total	177.538.804	168.002.013	148.584.946	153.207.645

4.3 Concentração da carteira de crédito 10 maiores devedores

A seguir demonstramos a evolução trimestral do percentual da exposição dos dez maiores devedores em relação ao total das operações de Crédito da PRIMACREDI.

Tabela 5: Concentração Carteira de Crédito

Concentração Carteira de Crédito				R\$ Milhões
	2T14	1T14	4T13	3T13
Saldo total carteira de crédito	177.538.804	168.002.013	148.584.946	153.207.645
10 maiores tomadores	32.009.895	29.678.062	28.714.271	28.183.959
% 10 maiores devedores Carteira de Crédito	18,03	17,67	19,33	18,40
Calculo Performance Operacional				
Índice de 0,00 a 25,00	Redutor 0	0,00		
Índice de 25,01 a 30,00	Redutor 25	2,63		
Índice de 30,01 a 35,00	Redutor 50	5,25		
Índice de 35,01 a 40,00	Redutor 75	7,88		
Índice de 40,01 a 100,00	Redutor 100	10,50		

A exposição dos dez maiores devedores da PRIMACREDI, representou uma média de 18,03% das operações com características de concessão de crédito do 2º trimestre de 2014. Pelo resultado encontrado a classificação ficou em Risco Nulo.

4.4 Qualidade da Carteira

A seguir demonstramos o total da carteira de crédito com classificação de rating de AA a H, separando o nível de classificação de AA a C, que contemplam as operações com baixo percentual de provisionamento.

Tabela 6: Qualidade da Carteira

Qualidade da Carteira			2T14	1T14	4T13	3T13
Carteira de Crédito Nível AA a H			177.538.804	168.002.013	148.584.946	153.207.645
Carteira de Crédito Nível AA a C			151.619.362	140.406.617	123.065.549	132.324.618
Índice Calculado			85,40	83,57	82,83	86,37
Calculo Performance Operacional						
Índice de 96,01 a 100,00	Redutor 0		0,00			
Índice de 93,01 a 96,00	Redutor 25		1,75			
Índice de 90,01 a 93,00	Redutor 50		3,50			
Índice de 85,01 a 90,00	Redutor 75		5,25			
Índice de 00,01 a 85,00	Redutor 100		7,00			

*Contempla todas as Operações de Crédito

**Contempla as Operações de Crédito de baixo percentual de provisionamento

A Carteira de crédito recebe classificação de risco que vão de AA a H, consideramos créditos de baixos riscos aqueles classificados entre os níveis AA a C, na PRIMACREDI do total da carteira de crédito média do 2º Trimestre de 2014 foi de R\$ 177 milhões, apresentou 85,40% das operações classificadas em baixo risco. Pelo resultado encontrado a classificação ficou em Risco Alto, uma vez que os índices para o resultado encontrado são 85,01% a 90,00%.

5 Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades desenvolvidas pela instituição.

Incluem-se nos eventos de riscos operacionais:

- fraudes internas;
- fraudes externas;
- demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- aqueles que acarretem a interrupção das atividades da instituição;
- falhas em sistemas de tecnologia da informação;
- falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição.

A política de gerenciamento de risco operacional da PRIMACREDI, tem a responsabilidade de fornecer diretrizes, princípios e métodos para a identificação de avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais da cooperativa, visando manter a confiança e credibilidade em todos os níveis dos negócios prestados pela cooperativa, reduzindo desta forma a PRIMACREDI a exposição aos riscos e perdas efetivas.

As principais atribuições dos responsáveis pela área de gerenciamento de riscos operacional são:

- Assegurar a conformidade com as regulamentações internas e externas;
- Disseminar entre seus cooperados e colaboradores, a cultura, visão e conceitos de gerenciamento de risco operacional da Cooperativa;
- Definir e implementar diretrizes, metodologias, ferramentas, e modelos de identificação, avaliação, mensuração, monitoramento, mitigação e controle dos riscos operacionais;
- Criar documentação adequada que compõe a estrutura de gerenciamento de riscos operacionais;

A PRIMACREDI, opta pelo método de participação direta de todos os seus colaboradores e prestadores de serviços terceirizados, fazendo com que todos sejam responsáveis pela prática de medidas comportamentais no limite de suas atribuições, afim de evitar que PRIMACREDI seja exposta a riscos operacional.

6 Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado a capacidade da Cooperativa de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento.

A Primacredi atende os requisitos necessários para o cálculo do Risco de Liquidez, de acordo com o que está disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional(CMN) 2.804 de 2000 que definiu risco de liquidez como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis e da Circular 3.393 de 2008 do Banco Central do Brasil(BACEN), que exige que o nível de liquidez da instituição financeira para um período mínimo de 90 dias uteis seja apurado diariamente.

O gerenciamento do risco de liquidez da PRIMACREDI é realizado e acompanhado pelos responsáveis da análise econômica da cooperativa e membros do comitê de Gestão de Riscos, onde os mesmos são responsáveis por executar e atualizar anualmente a política e estratégias de gerenciamento de risco e liquidez da cooperativa e a gestão de liquidez é centralizada na Tesouraria sob supervisão da Diretoria Executiva, e tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidade de recursos financeiros no curto, médio e longo prazo, tanto para cenário normal quanto para cenário de crise, com adoção de ações corretivas, caso necessário.

A PRIMACREDI utiliza de métodos de comunicação interna, onde são enviados de forma periódica Conselho de Administração relatórios contendo informações referentes ao gerenciamento do risco de liquidez da cooperativa, garantindo com isto o monitoramento tempestivo do risco de liquidez.

A PRIMACREDI conta ainda, com a auditoria de controles internos, que para realizar a fiscalização e cumprimento da política de gerenciamento de riscos de liquidez de forma satisfatória trabalha com total independência.

7 *Risco de Mercado*

De acordo com a resolução 3.464 de junho de 2007, emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio do Banco Central do Brasil (BACEN) foi definido como risco de Mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira.

A Política de riscos de mercado da PRIMACREDI, tem como objetivo, definir o conjunto de princípios, diretrizes, estratégias e responsabilidades aplicáveis no risco, conforme a complexidade dos negócios da Cooperativa.

A Diretoria Executiva da PRIMACREDI, tem dentre suas atribuições, analisar e aprovar as ações voltadas ao gerenciamento de risco de mercado, bem como prover os recursos necessários ao cumprimento de suas finalidades de identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a PRIMACREDI, de acordo com o disposto na resolução 3.464 de 2007.

As políticas e as estratégias para o gerenciamento do risco de mercado da PRIMACREDI são revisadas e aprovadas anualmente, pela diretoria executiva e pelo conselho de administração.

A Gestão de Risco de Mercado da PRIMACREDI destaca s elementos essenciais que dão sustentação à estrutura de gerenciamento de risco implementada, traçando as diretrizes a serem seguidas.

- Gerenciar e controlar as exposições assumidas, de forma a garantir a adoção de uma visão sistêmica do controle de riscos;
- Revisar e aperfeiçoar de forma continua as metodologias e práticas de gestão de risco de mercado;

8 GESTÃO DE CAPITAL

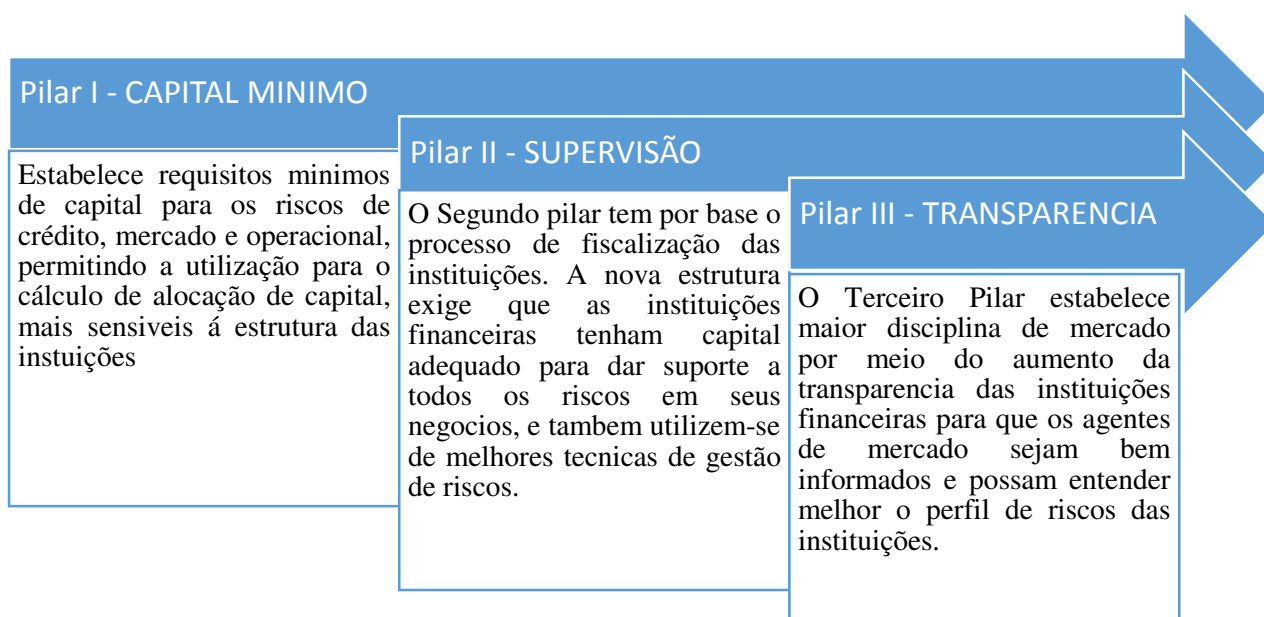
O Processo de gerenciamento de capital deve ser realizado de forma contínua visando a adequação do Patrimônio de Referência aos riscos incorridos pela instituição, abrangendo não só aqueles que fazem parte dos ativos ponderados ao risco (RWA). O Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução 3.988 de 30 de Junho de 2011 determinou que as instituições financeiras obrigadas a calcular os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) implementem estrutura de gerenciamento de capital compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos.

8.1 Acordo de Basileia

O Objetivo da criação do Acordo de Basileia, foi desenvolver um sistema para mensuração e padronização dos requerimentos mínimos de capital, calculados a partir de ponderação de riscos dos ativos. A exigência de capital é um dos instrumentos mais utilizados pelas autoridades reguladoras, para buscar a solidez e a estabilidade do sistema bancário internacional.

Desde a criação da primeira versão do Acordo de Basileia I, o objetivo foi de criar padrões internacionais de gerenciamento dos riscos na atividade bancária, definiu mecanismos para mensuração do risco de crédito e estabeleceu a exigência de capital mínimo para suportar riscos.

O Acordo de Basileia sofreu uma revisão, onde buscou-se desenvolver uma estrutura de capital significativamente mais sensível e ao mesmo tempo considerar as características particulares de cada instituição financeira, e de cada sistema de supervisão e contabilidade de cada país, esta revisão, assinada no ano de 2004 foi criado o Novo Acordo de Basileia, conhecido como Basileia II, onde foi criado três pilares e vinte e cinco princípios básicos sobre contabilidade e supervisão bancária.



Portanto o Acordo de Basileia II, veio para complementar a estrutura aos riscos considerados no cálculo de exigência de capital, que além dos riscos de crédito e de mercado, já considerados no acordo original, introduziu o risco operacional e também passou a proporcionar maior flexibilidade as instituições, permitindo a utilização de modelos próprios para o gerenciamento de controles dos riscos.

O Objetivo do Acordo de Basileia II, foi de aperfeiçoar o Primeiro acordo de Basileia – Basileia I, fortalecendo a estabilidade do sistema financeiro mundial por meio de aprimoramento das práticas de gestão de governança dos riscos nas instituições financeiras.

O Banco Central do Brasil (BACEN), em consonância com as disposições do Novo Acordo de Capitais – Basileia II divulgou a Resolução 3.490/07 do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabelecendo que as instituições financeiras mantenham permanentemente seu capital adequado à sua estrutura de riscos. A Resolução instituiu modificações no cálculo do patrimônio mínimo exigido para cobertura dos riscos dos ativos e das atividades das instituições financeiras.

De acordo com a resolução 4.194 de 1º de Março de 2014 e em vigor desde Outubro do mesmo ano, as Cooperativas de Crédito, não filiadas à Central, devem se submeter aos seguintes percentuais dos montantes RWARPS de PR, de Nível I e de Capital Principal:

- 15,5% para o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência;
- 13,5% para o requerimento mínimo de Nível I;
- 12% para o requerimento mínimo de Capital Principal.
- 2,5% de Adicional ao Capital Principal

A terceira versão do Acordo de Capitais – Basileia III, tem o objetivo de introduzir medidas mais severas para aumentar a estabilidade do sistema financeiro internacional, após a crise financeira global iniciada em 2008, onde foi observado que a regulação adotada em vigência (BASILEIA II), não era suficiente para prevenir crises de grandes proporções diante da fragilidade exibida pelas instituições financeiras.

8.2 Patrimônio de Referência

Conforme Resolução nº 4.194, de 1º de Março de 2013 em vigor desde 1º de outubro do mesmo ano, dispõe sobre a metodologia facultativa para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital a serem cumpridos pelas Cooperativas de Crédito que se enquadrem ao condicionamento dos requisitos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

A Primacredi é uma cooperativa singular de crédito não filiada à cooperativa central, com isto está condicionada aos seguintes percentuais dos montantes RWARPS de PR, de Nível I e de Capital Principal:

- 15,5% para o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência;
- 13,5% para o requerimento mínimo de Nível I;
- 12% para o requerimento mínimo de Capital Principal.

O Artigo 9º da resolução 4.194/13 institui um percentual de 2,5% para cooperativas de crédito que optarem pela apuração do montante RWA_{RPS}.

A apuração do Patrimônio Referência (PR) calculado pela PRIMACREDI, se manteve acima dos níveis mínimos requeridos de PR nos últimos quatro trimestres, como mostra a tabela abaixo e conforme determina o Banco Central do Brasil (BACEN).

Tabela 7: Patrimônio de Referência ponderado ao Risco RWA

Patrimônio de Referência	2T14	1T14	4T13	3T13
Ativos Ponderados por Risco - RWA	212.304.534	200.086.072	187.558.122	198.839.275
% a ser aplicado s/ Patrimônio Referência	15,5	15,5	15,5	15,5
Patrimônio de Referência Mínimo para o RWA	32.907.203	31.013.341	29.071.509	30.820.088
% a ser aplicado s/ Nível I	13,5	13,5	13,5	13,5
Patrimônio Mínimo de Nível I para o RWA	28.661.112	27.011.620	25.320.346	26.843.302
% a ser aplicado s/ Capital Principal	12	12	12	12
Capital Principal Requerido para o RWA	25.476.544	24.010.329	22.506.975	23.860.713
Adicional 2,5% conf. Art. 9 Res 4.194/13	5.307.613	5.002.152	4.688.953	4.970.982
Patrimônio Referência para Comparação com RWA	56.049.060	52.762.331	53.346.854	52.394.783

(1) A partir de outubro de 2013, calculado de acordo com a Resolução 4.194/13

(2) Para fins de comparação, foi ajustado o resultado do 3º Trimestre de 2013

Conforme comunicação entre o setor de Contabilidade da Primacredi, e o Depto Sup. Coop. e Inst Nao Banc, do Bacen, a Primacredi poderá continuar optando pela apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco na forma do Regime Prudencial Simplificada, desde que atenda aos requisitos estabelecidos nos incisos II a VI, do art. 3º, da resolução 4.194/13, não necessitando remeter comunicação prévia ao BACEN, conforme parágrafo único, do art. 14 do referido normativo.

A composição dos ativos Ponderados pelo Risco, está demonstrada a seguir, de acordo com seu Fator de Ponderação de Risco (FPR);

Tabela 8: Ativos por Fator de Ponderação de Risco (FPR)

Fator de Ponderação de Risco (FPR)	2T14	1T14	4T13
FPR de 20%	998.644,56	821.448	577.476
FPR de 35%	-	-	-
FPR de 50%	8.424.868,94	8.085.655	8.256.187
FPR de 75%	-	-	-
FPR de 85%	137.592.484,99	128.994.272	115.280.800
FPR de 100%	65.288.535,06	62.184.697	63.443.658
FPR de 150%	-	-	-
FPR de 300%	-	-	-
Total	212.304.533,54	200.086.072	187.558.122

8.3 Índice de Basileia (IB)

O Conceito internacional definido pelo Comitê de Basileia recomenda a relação mínima entre o PR e os ativos ponderados conforme regulamentação em vigor.

A Resolução 4.194/13 institui que as cooperativas de crédito singular não filiadas à central, que optarem pela apuração do montante RWARPS mantenham percentual mínimo de 15,5% do RWARPS para Patrimônio Referencia, 13,5% do RWARPS para o Nível I e 12 % do RWARPS para o Capital Principal, além de um adicional de 2,5% do RWARPS de adicional ao Capital Principal.

O Índice de Basileia é apurado por meio do seguinte cálculo:

$$IB = \frac{PR}{RWA}$$

A tabela abaixo demonstra que a Primacredi se manteve com índices acima dos percentuais estipulados pelo Bacen, nos últimos 4 trimestres apurados.

Tabela 9: Índice de Basileia

Índice de Basileia (IB)	2T14	1T14	4T13	3T13
Patrimônio de Referência (PR)	54.247.577	52.624.127	53.973.510	51.024.571
Ativo Ponderado pelo Risco (RWA)	212.304.534	200.086.072	187.558.122	198.839.275
Índice de Basileia	25,55	26,30	28,78	25,66